

Procurador Jurídico

Antes de iniciar a prova, leia as instruções:

1. Para fazer a prova, você recebeu:

- este caderno de prova;
- um cartão de respostas.

2. Confira:

- **no cartão de respostas:** nome, número e cargo, emprego ou função da sua inscrição.
- **no caderno de prova:** cargo, emprego ou função da sua inscrição e quantidade de questões.

Este caderno contém: **50 questões**

Duração da prova: **4 horas**

- Incluído o tempo para o preenchimento do cartão de respostas.
- Levar caderno: após **1 hora de prova**.
- Por questões de segurança, o candidato que sair antes desse tempo devolverá ao fiscal da sala, além do cartão de respostas, o caderno de prova.

3. Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e se a sequência e a quantidade de questões estão corretas.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

4. **Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade! Não serão admitidas reclamações posteriores.**

5. A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas relacionadas ao conteúdo aos fiscais.

6. Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova, tampouco empréstimo de materiais e comunicação entre os candidatos.

7. **O cartão de respostas é o único documento válido e utilizado para a correção da prova objetiva.** Preencha-o com cuidado, marcando apenas uma alternativa para cada questão.

8. Não rabisque, rasure, amasse ou dobre o cartão de respostas. É vedada a substituição do cartão de respostas.

9. Ao terminar a prova, **devolva ao fiscal da sala, o cartão de respostas e o caderno de questões**, devidamente preenchido e assinado, sendo-lhe permitido copiar suas respostas em meio apropriado e disponibilizado.

10. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao fiscal de sala, aguardando autorização para entregar o material.

11. Os três últimos candidatos devem permanecer em sala a fim de acompanhar o fechamento do material.

Fraudar ou tentar fraudar concursos públicos é crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

Sequencial (número que consta do cartão de respostas)

LÍNGUA PORTUGUESA | 10 QUESTÕES

Da calma e do silêncio

Quando eu morder
a palavra,
por favor,
não me apressem,
quero mascar,
rasgar entre os dentes,
a pele, os ossos, o tutano
do verbo,
para assim versejar
o âmago das coisas.

Quando meu olhar
se perder no nada,
por favor,
não me despertem,
quero reter,
no adentro da íris,
a menor sombra,
do ínfimo movimento.

Quando meus pés
abrandarem na marcha,
por favor,
não me forcem.
Caminhar para quê?
Deixem-me quedar,
deixem-me quieta,
na aparente inércia.
Nem todo viandante
anda estradas,
há mundos submersos,
que só o silêncio
da poesia penetra.

(Fonte: Conceição Evaristo — adaptado.)

1) Considerando-se o texto, analisar os itens abaixo:

- I. Em “quero mascar,/rasgar entre os dentes,/a pele, os ossos, o tutano/do verbo”, a autora recorre à comparação da palavra ao corpo de um animal ou de um ser humano, atribuindo um caráter visceral e orgânico ao fazer poético.
 - II. O título “Da calma e do silêncio” faz alusão aos aspectos necessários para a produção poética, bem como à contemplação da escrita.
- a) Os itens I e II estão corretos.
 - b) Somente o item I está correto.
 - c) Somente o item II está correto.
 - d) Os itens I e II estão incorretos.

2) De acordo com o texto, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Para reter, dentro da íris, o movimento ínfimo, a autora pede que a despertem, uma forma de conservar a menor sombra de poesia.
- b) A autora pede que a deixem quieta, na aparente inércia, para mergulhar em mundos submersos que só a poesia permite penetrar.
- c) Ao rasgar a palavra entre os dentes, a autora evita o versejar do âmago das coisas, uma vez que o sentimento a causa sofrimento.
- d) De acordo com a autora, o abrandar do passo impede a produção de seus versos, expresso em “Caminhar para quê? Deixem-me quedar”.

3) No trecho “Quando meu olhar se perder no nada, por favor, não me despertem [...]”, se a palavra sublinhada fosse flexionada para o plural, quantas outras palavras precisariam ser obrigatoriamente alteradas também?

- a) Uma.
- b) Duas.
- c) Três.
- d) Quatro.

4) No trecho “Deixem-me quedar, deixem-me quieta, na aparente inércia.”, as palavras sublinhadas podem ser substituídas, sem prejuízo de sentido, por:

- a) Rastejar | Investigação.
- b) Correr | Pressa.
- c) Parar | Inação.
- d) Caminhar | Cinesia.

5) Com relação à acentuação gráfica, assinalar a alternativa em que a palavra é acentuada pelo mesmo motivo que a palavra “âmago”:

- a) Refém.
- b) Pólen.
- c) Cálice.
- d) Café.

6) A colocação pronominal foi feita CORRETAMENTE em:

- a) Não pode-se argumentar de modo simplista, pois é necessário que evidências científicas sempre sejam observadas.
- b) Conforme consta, ali tem-se um solo que mantém-se congelado ao longo de todo o ano, independentemente da estação.
- c) Se sabe que as mutações podem ser boas para todos, pois são muitas as pesquisas desenvolvidas no campo das ciências.
- d) Em relação a alguns seres, é possível destacar que muitos se encontram em processo de extinção.

7) Assinalar a alternativa que preenche as lacunas do texto abaixo CORRETAMENTE:

Uma das principais dicas apontadas pelos astrônomos para isso é a cor do ponto de interrogação. A tonalidade mais avermelhada indica que o objeto _____ bastante afastado e lembra outras galáxias do espaço profundo detectadas no último ano pelas câmeras do _____. A cor do objeto é semelhante _____ cor de outras galáxias de fundo que aparecem na imagem. Isso indica que estão mais ou menos na mesma distância e se formaram na mesma época.

(Fonte: G1 — adaptado.)

- a) está | telescópio | à
- b) estão | telescópio | à
- c) está | telescópio | a
- d) estão | telescópio | a

8) Em relação à concordância verbal, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Muitos plásticos tem sido utilizados para a produção de materiais diversos, sem a correta preocupação com seu descarte.
- b) Nossa conduta intervém tanto na natureza que há formações rochosas plásticas.
- c) É necessário que hajam condutas ambientais adequadas para evitar maiores prejuízos ao meio ambiente.
- d) Fazem anos que pesquisadores das áreas relacionadas ao meio ambiente são surpreendidos pelo ecossistema.

9) Para evitar a repetição, pode-se substituir elementos de um texto por um pronome. Assinalar a alternativa em que há a CORRETA substituição da expressão sublinhada por um pronome:

Nossa legislação ambiental tem falhas estruturais, sendo necessário revisar nossa legislação ambiental.

- a) revisar-a
- b) revisá-lhe
- c) revisá-la
- d) revisar-na

10) Assinalar a alternativa que apresenta uma frase na qual o uso das preposições está CORRETO e as conjunções correspondem ao sentido indicado entre parênteses:

- a) O artigo a que me referi é uma ótima referência para aprofundar este assunto. (tempo)
- b) Os documentos que preciso estão prontos, de sorte que posso prosseguir com a ação. (condição)
- c) Na medida que surgem estudos na área, necessitamos os maiores aprofundamentos acadêmicos. (proporção)
- d) Desde que soube da nova descoberta, procurei artigos científicos sobre o assunto. (causa)

INFORMÁTICA | 5 QUESTÕES

Atenção! Para responder às questões de Informática, a menos que seja informado o contrário, considerar os programas em sua versão Português-BR; configuração padrão de instalação, com licença de uso; mouse configurado para destros; um clique ou duplo clique pelo botão esquerdo do mouse; e teclar como pressionar uma tecla uma vez e rapidamente liberá-la.

11) Entre os mecanismos de segurança utilizados em sistemas computacionais, qual das seguintes opções NÃO está corretamente relacionada à sua função?

- a) Identificação: permitir que uma entidade se identifique, ou seja, diga quem ela é.
- b) Autorização: evitar que uma entidade possa negar que foi ela quem executou uma ação.
- c) Confidencialidade ou sigilo: proteger uma informação contra acesso não autorizado.
- d) Disponibilidade: garantir que um recurso esteja disponível sempre que necessário.

12) Geralmente, para o envio de mensagens, os correios eletrônicos disponibilizam os campos "Para", "Cc" e "Cco", conforme ilustrado abaixo:



 Enviar	Para...	
	Cc...	
	Cco...	

Ao enviar uma mensagem, um usuário inseriu o endereço eletrônico A no campo "Para"; o endereço eletrônico B no campo "Cc"; e o endereço eletrônico C no campo "Cco", todos distintos entre si. Sendo assim, analisar os itens abaixo:

- I. O endereço eletrônico A ficará oculto para todos os destinatários da mensagem.
- II. O remetente ficará oculto somente para o destinatário C.
- III. O destinatário B verá somente o endereço eletrônico C.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Nenhum dos itens.
- b) Somente um item.
- c) Somente dois itens.
- d) Todos os itens.

13) A respeito das configurações e das funcionalidades do sistema operacional Windows 10, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () Por ser multiusuário, o Windows 10 permite que sejam criadas várias contas de acesso ao sistema operacional.
- () Ao inserir usuário e senha corretos na tela de logon do sistema e acionar a opção "Entrar", o usuário será redirecionado para a área de trabalho do Windows.
- () A barra de tarefas não está presente na área de trabalho do Windows 10, sendo necessário configurar sua apresentação caso o cliente da conta tenha a intenção de utilizá-la.

- a) C - C - E.
- b) E - E - C.
- c) C - E - E.
- d) E - C - C.

14) A respeito da inserção de equações e fórmulas no Word 2019, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () Para digitar uma equação do zero, é necessário pressionar Alt + D no teclado.
- () A opção "Equação à Tinta", presente ao selecionar o comando Alt + = no teclado, permite que a pessoa escreva sua própria fórmula em um dispositivo sensível ao toque.
- () O Word 2019 permite que seus usuários adicionem novas equações à galeria de equações.

- a) C - C - E.
- b) E - E - C.
- c) C - E - E.
- d) E - C - C.

15) Qual é o termo usado para descrever um tipo de vírus que se modifica a cada infecção, tornando-se diferente o suficiente para evitar a detecção com base na "assinatura" do vírus?

- a) Vírus de arquivos.
- b) Vírus de boot.
- c) Vírus criptografado.
- d) Vírus polimórfico.

MATEMÁTICA | 5 QUESTÕES

16) Em relação aos conceitos de Geometria, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Quadrado é o nome dado a um objeto que tem todos os lados iguais, como um dado.
- b) Área é o nome dado ao cálculo da capacidade de algo, como a água de uma piscina.
- c) A soma da medida dos lados de um polígono é chamada de perímetro.
- d) Uma figura com três lados é um triângulo, e uma figura com quatro lados é um quadrângulo.

17) Assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE:

Dois conjuntos A e B , disjuntos, sendo que A possui quatro elementos e B possui seis elementos. O conjunto resultante da união dos conjuntos A e B terá _____ elementos.

- a) 4
- b) 6
- c) 8
- d) 10

18) Qual o valor da mediana do conjunto de dados {8 – 9 – 11 – 13 – 9 – 10 – 8}?

- a) 9
- b) 9,3
- c) 9,5
- d) 9,7

19) Janete e Rejane foram fazer um lanche em uma padaria. Ao pedirem seus lanches, elas escolheram fazer as contas separadas. Janete pediu uma fatia de pizza e um suco, e sua conta deu R\$ 13,50. Já Rejane pediu duas fatias de pizza, e sua conta deu R\$ 16,00. Depois disso, Sérgio chegou à padaria e pediu três fatias de pizza e dois sucos. Ao pagar a conta, Sérgio utilizou uma nota de R\$ 50,00. O troco devido foi de:

- a) R\$ 15,00
- b) R\$ 12,00
- c) R\$ 10,50
- d) R\$ 9,50

20) Em uma reforma, um pintor gastou 7,5 litros de tinta para pintar uma parede de 45m^2 . Quantos litros de tinta seriam necessários caso a parede tivesse 180m^2 ?

- a) 15
- b) 20
- c) 30
- d) 25

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL | 10 QUESTÕES

21) Remoção é o deslocamento do servidor de uma para outra repartição. Em conformidade com a Lei Municipal nº 531/2001 — Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, a remoção poderá ocorrer:

I. A pedido, atendida a conveniência do serviço.

II. De ofício, no interesse da Administração.

- a) Os itens I e II estão corretos.
- b) Somente o item I está correto.
- c) Somente o item II está correto.
- d) Os itens I e II estão incorretos.

22) De acordo com a Lei Orgânica do Município, aplica-se aos servidores ocupantes de cargo ou emprego público, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir, os seguintes direitos sociais:

- I. Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- II. Licença-gestante, sem prejuízo do cargo ou de remuneração, com a duração de 150 dias.
- III. Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.
- IV. Garantia de salário, sempre inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II, III e IV.
- d) Todos os itens.

23) Considerando-se a Lei Orgânica do Município, analisar a sentença abaixo:

São estáveis após 1 ano de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público (1ª parte). O servidor público estável poderá perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei específica, assegurada ampla defesa (2ª parte). Como condição para aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade (3ª parte).

A sentença está:

- a) Totalmente correta.
- b) Correta somente em suas 1ª e 2ª partes.
- c) Correta somente em suas 1ª e 3ª partes.
- d) Correta somente em suas 2ª e 3ª partes.

24) Em conformidade com a Lei Orgânica do Município, a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital do Município, criada por lei, para exploração de atividades econômicas que o Município seja levado a revestir de qualquer das formas admitidas em direito é chamada de:

- a) Fundação Pública.
- b) Sociedade de Economia Mista.
- c) Empresa Pública.
- d) Autarquia.

25) Considerando-se a Lei Orgânica do Município, são de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

- I. Criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta ou aumento de sua remuneração.
- II. Matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de crédito ou conceda auxílios, prêmios e subvenções.

- a) Os itens I e II estão corretos.
- b) Somente o item I está correto.
- c) Somente o item II está correto.
- d) Os itens I e II estão incorretos.

26) De acordo com a Lei Municipal nº 531/2001 — Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, a respeito do serviço extraordinário, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () O serviço extraordinário não será remunerado.
- () A prestação de serviços extraordinários só poderá ocorrer por expressa determinação da autoridade competente, mediante solicitação fundamentada do chefe da repartição, ou de ofício.
- () O plantão extraordinário visa à substituição do plantonista titular legalmente afastado ou em falta ao serviço.

- a) C - C - E.
- b) E - C - C.
- c) C - E - E.
- d) E - C - E.

27) Segundo a Lei Municipal nº 531/2001 — Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, constituem gratificações e adicionais dos servidores municipais:

- I. Gratificação de Aniversário.
- II. Adicional Noturno.
- III. Adicional pelo exercício de atividades em condições penosas, insalubres ou perigosas.
- IV. Gratificação Natalina.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II, III e IV.
- d) Todos os itens.

28) Em conformidade com a Lei Municipal nº 531/2001 — Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço por um dia, em cada doze meses de trabalho, para:

- a) Função gratificada.
- b) Serviço militar.
- c) Doação de sangue.
- d) Cumprimento de convênio.

29) Considerando-se a Lei Municipal nº 531/2001 — Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, analisar a sentença abaixo:

A critério da administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até dois anos consecutivos, sem remuneração (1ª parte). A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço (2ª parte). Não se concederá a licença a servidor nomeado ou removido, antes de completar um ano de exercício no novo cargo ou repartição (3ª parte).

A sentença está:

- a) Totalmente correta.
- b) Correta somente em suas 1ª e 2ª partes.
- c) Correta somente em suas 1ª e 3ª partes.
- d) Correta somente em suas 2ª e 3ª partes.

30) De acordo com a Lei Municipal nº 531/2001 — Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, sobre os casos em que será aplicada a pena de demissão ao servidor, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () Inassiduidade ou impontualidade habituais.
- () Lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal.
- () Acumulação legal de cargos, empregos ou funções.

- a) C - C - E.
- b) C - C - C.
- c) C - E - E.
- d) E - C - E.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS | 20 QUESTÕES

31) A Câmara de Vereadores do Município X instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar denúncias de desvios na área da previdência por parte do Secretário da pasta. A fim de produzir provas, a CPI aprovou requerimentos de quebra de sigilo bancário do Secretário Municipal de Previdência e de convocação de sua esposa para depoimento. Considerando-se a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) São viáveis ambos os requerimentos.
 - b) É viável o requerimento de quebra de sigilo bancário, mas inviável a convocação da esposa do Secretário.
 - c) É inviável o requerimento de quebra de sigilo bancário, mas viável a convocação da esposa do Secretário.
 - d) São inviáveis ambos os requerimentos.
-

32) A licitação tem algumas finalidades. Diante das recentes alterações legislativas realizadas pela Nova Lei de Licitações, os objetivos do processo licitatório foram ampliados. São objetivos do procedimento licitatório, EXCETO:

- a) Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para o administrado, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto.
 - b) Assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes e a justa competição.
 - c) Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.
 - d) Evitar a contratação com sobrepreço ou preços manifestamente inexequíveis.
-

33) O Município X admitiu J. em cargo comissionado regido pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943 — Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Encerrado o vínculo, J. pretende buscar judicialmente o pagamento de verbas previstas tanto na CLT quanto no Estatuto dos Servidores do Município X. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, sobre a competência para o julgamento da causa, é CORRETO afirmar que:

- a) Compete à Justiça do Trabalho julgar todos os pedidos.
 - b) Compete à Justiça Comum Estadual julgar os pedidos de direitos e vantagens estatutárias, e à Justiça do Trabalho, os pedidos fundados na CLT.
 - c) Compete à Justiça do Trabalho julgar, primeiramente, os direitos e vantagens celetistas e a existência de vínculo, que é prejudicial à análise pela Justiça Comum Estadual dos pedidos fundados no Estatuto dos Servidores.
 - d) Compete à Justiça Comum Estadual julgar todos os pedidos.
-

34) F., gerente de agência dos Correios, com o estabelecimento já fechado para atendimento, adentrou a agência e solicitou a um funcionário que ainda estava no local a quantia de R\$ 2.500,00, com a justificativa de que precisava do dinheiro para efetuar o pagamento de títulos. O gerente alegou que devolveria o valor no dia seguinte. O funcionário, por sua vez, entregou-lhe o dinheiro. De acordo com os crimes contra a Administração Pública previstos no Código Penal, F. praticou o delito:

- a) Usurpação de função pública.
 - b) Peculato.
 - c) Excesso de exação.
 - d) Advocacia administrativa.
-

35) De acordo com a Lei nº 8.429/1992 — Lei de Improbidade Administrativa, o agente público que perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza incorrerá em ato de improbidade administrativa que:

- a) Importa enriquecimento ilícito.
 - b) Causa prejuízo ao erário.
 - c) Decorre de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.
 - d) Atenta contra os princípios da Administração Pública.
-

36) O Estado Alfa concedeu a rodovia AF-123 para a Concessionária Via X, pessoa jurídica de direito privado não integrante da Administração Pública. No entanto, as tubulações de água da Autarquia Municipal de Saneamento do Município Y (AMSY) passam pela faixa de domínio da concessionária, de modo que a Concessionária Via X deseja cobrar da AMSY valores pelo seu uso. De acordo com o entendimento dos Tribunais Superiores, essa cobrança é:

- a) Ilegal, pois a concessão da via à pessoa jurídica não integrante da Administração Pública não afasta a natureza de bem público do bem concedido.
- b) Ilegal, pois as concessionárias não podem cobrar valores pelo uso da faixa de domínio em nenhuma hipótese, ainda que em face de outra concessionária não estatal.
- c) Legal, pois não se trata de rodovia explorada pelo Poder Público, seja diretamente ou por meio de empresa estatal, de modo que a cobrança é devida.
- d) Legal, pois o fato de se tratar de rodovia estadual torna viável a cobrança em face de autarquia municipal.

37) Após disputas políticas entre os Poderes Executivo e Legislativo do Estado X, a Assembleia Legislativa promulgou emenda à Constituição Estadual, introduzindo novos tipos de crimes de responsabilidade não previstos no âmbito federal, mas que abarcariam condutas rotineiramente praticadas pelo Governador do Estado. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a referida emenda é:

- a) Constitucional, pois é abarcada pelos poderes de auto-organização e autolegislação dos Estados.
- b) Constitucional, por se tratar de norma de interesse local.
- c) Inconstitucional, por ofender a competência da União para legislar sobre a matéria.
- d) Inconstitucional, uma vez que a Constituição Estadual não pode ser emendada.

38) Nos termos da Lei nº 8.078/1990 — Código de Defesa do Consumidor, considerando-se as definições ali adotadas, numerar a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- (1) Interesses ou direitos difusos.
 - (2) Interesses ou direitos coletivos.
 - (3) Interesses ou direitos individuais homogêneos.
- () Interesses ou direitos transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.
- () Interesses ou direitos transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- () Interesses ou direitos decorrentes de origem comum.
- a) 1 - 2 - 3.
 - b) 3 - 2 - 1.
 - c) 2 - 3 - 1.
 - d) 2 - 1 - 3.

39) Em conformidade com a Lei nº 13.105/2015 — Código de Processo Civil, sobre os honorários advocatícios, é CORRETO afirmar que:

- a) Serão sempre devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, em qualquer hipótese.
- b) Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, ainda que tenha sido impugnada.
- c) Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.
- d) Não serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, em qualquer hipótese.

40) É a modalidade de licitação restrita a contratações em que a Administração vise a contratar objeto que envolva a inovação tecnológica ou técnica:

- a) Pregão.
- b) Concurso.
- c) Diálogo competitivo.
- d) Leilão.

41) J., Prefeito do Município X, localizado no Estado Alfa, estava em viagem oficial no Estado Beta quando solicitou, para si e diretamente, vantagem indevida, em razão da função, a F., um empresário com interesse em contratar com o Município X. F. é residente no Estado Gama e sua empresa tem matriz no Estado Delta. De acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, eventual denúncia criminal contra J. deverá ser processada e julgada perante o:

- a) Tribunal de Justiça do Estado Delta.
- b) Tribunal de Justiça do Estado Beta.
- c) Tribunal de Justiça do Estado Gama.
- d) Tribunal de Justiça do Estado Alfa.

42) De acordo com as previsões da Lei Complementar nº 101/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), sobre a Lei Orçamentária Anual, assinalar a alternativa INCORRETA:

- a) O projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as normas da LRF.
- b) As principais despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da Lei Orçamentária Anual.
- c) A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou em legislação específica.
- d) É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

43) De acordo com o Código Penal, o *Habeas Corpus* não poderá ser utilizado:

- a) Quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei.
- b) Quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo.
- c) Quando não houver justa causa.
- d) Contra decisão que não receber denúncia ou queixa.

44) De acordo com a Lei nº 13.146/2015 — Estatuto da Pessoa com Deficiência, a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:

- a) Casar-se e constituir união estável; exercer direitos sexuais e reprodutivos; exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória; exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.
- b) Casar-se, exceto constituir união estável; exercer direitos sexuais e reprodutivos; exercer o direito de gerar o número máximo de dois filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; conservar sua fertilidade, sendo facultativa a esterilização compulsória; exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante apenas, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.
- c) Constituir união estável, exceto casar-se; exercer direitos sexuais e reprodutivos; exercer o direito de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar, e, sendo autorizado via judicial, de terem filhos; conservar sua fertilidade, sendo obrigatória a esterilização compulsória; exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela, exceto adoção.
- d) Casar-se e constituir união estável após autorização judicial; exercer direitos sexuais e reprodutivos; exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar, após sentença transitada em julgado favorável; conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória, exceto em decisão judicial ao contrário; exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas após análise clínica do grau de deficiência.

45) O direito de acesso à informação é um direito fundamental. Nos termos da Lei nº 12.527/2011 — Lei de Acesso à Informação, para exercer esse direito, o pedido de acesso a informações deverá ser realizado:

- a) Por qualquer meio legítimo, permitido o anonimato.
- b) Por qualquer meio legítimo, devendo conter a identificação do requerente.
- c) Necessariamente por meio presencial.
- d) Necessariamente por meio virtual.

46) A respeito da Lei nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), sobre as atividades do encarregado, analisar os itens abaixo:

- I. Aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências.
- II. Manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar, especialmente quando baseado no legítimo interesse.
- III. Receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências.
- IV. Orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens I, III e IV.
- d) Somente os itens II e IV.

47) Em relação às disposições finais e transitórias do Código Tributário Nacional, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () A expressão "Fazenda Pública", quando empregada nesta Lei sem qualificação, abrange a Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- () Os prazos fixados nesta Lei ou legislação tributária serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.
- () Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

- a) C - C - E.
- b) E - E - C.
- c) C - C - C.
- d) E - E - E.

48) De acordo com a Lei nº 8.137/1990 — Crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, constitui crime contra a ordem tributária:

- a) Emitir, oferecer ou negociar, de qualquer modo, títulos ou valores mobiliários.
- b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório.
- c) Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.
- d) Atribuir-se, ou atribuir a terceiro, falsa identidade, para realização de operação de câmbio.

49) Segundo a Lei Municipal nº 185/1996 — Código Tributário Municipal, em relação ao fato gerador de impostos, analisar os itens abaixo:

- I. Propriedade Predial e Territorial Urbana, a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na Lei civil, localizado na zona urbana do Município.
- II. Transmissão “inter-vivos” por ato oneroso de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos.
- III. Serviços de qualquer natureza, a prestação de serviços por empresas ou a estas equiparadas ou profissionais autônomos com ou sem estabelecimento fixo.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Todos os itens.
- b) Somente o item I.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Nenhum dos itens.

50) De acordo com a Lei nº 9.717/1998, sobre sistemas previdenciários e planos previdenciários, analisar a sentença abaixo:

A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição (1ª parte). A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, recaindo a cobertura para o regime geral de previdência social (2ª parte).

A sentença está:

- a) Totalmente correta.
- b) Correta somente em sua 1ª parte.
- c) Correta somente em sua 2ª parte.
- d) Totalmente incorreta.